

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA,
DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DE CAIUÁ SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

CAIUÁ SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., concessionária de serviços públicos federais de eletricidade, com sede na Av. Paulista, 2.439, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.584.140/0001-49 (doravante denominada "EMISSORA"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. nomeada nesta Escritura e nela interveniente, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede da Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única da EMISSORA" (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") da EMISSORA realizada em 29 de março de 2000.

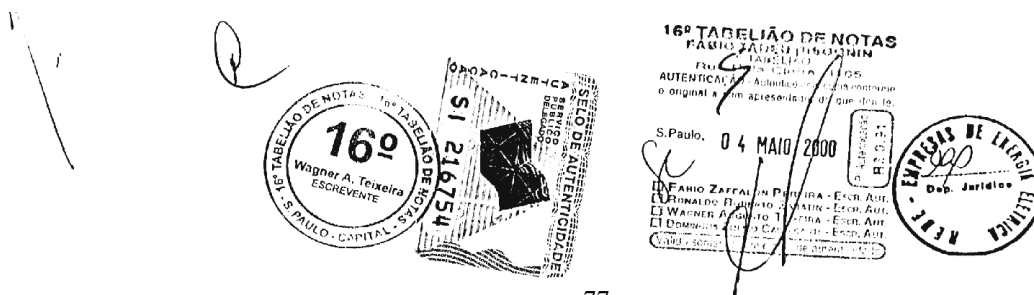
A AGE delegou, ainda, ao Conselho de Administração poderes para propor, em nome da EMISSORA, à assembléia de debenturistas, alterações que julgar necessárias com relação a esta Escritura.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures (doravante designadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta 3ª emissão de Debêntures da EMISSORA será registrada junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM") na forma das Leis nºs 6.385, de 07.12.76, 6.404 de 15.12.76, 9.457 de 05.05.97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da AGE que deliberou sobre a emissão das Debêntures foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 58.299/00-2, em 30 de março de 2000, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na "Gazeta Mercantil", no dia 31 de março de 2000.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

Esta Escritura será registrada no 13º Cartório de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, na sede da EMISSORA.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 3ª emissão de Debêntures da EMISSORA.

3.2. Colocação e Procedimento

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão não organizado, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, atendida ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, com registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, através da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

3.3. Negociação

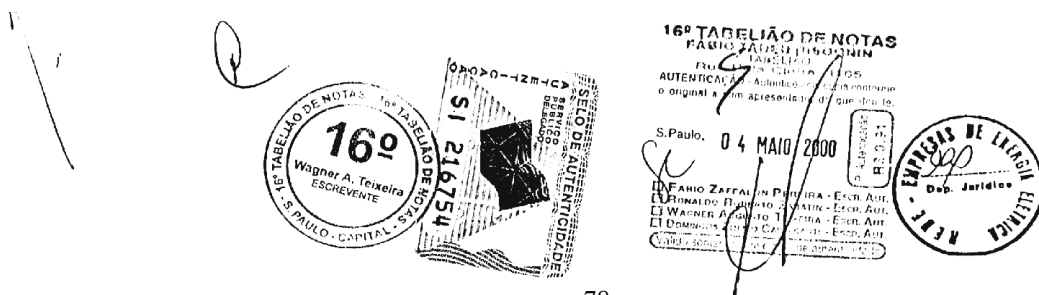
As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, por meio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

3.4. Certificados de Debêntures

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.

3.5. Repactuação

3.5.1 Caberá ao Conselho de Administração da EMISSORA deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, aprovando o novo prazo de duração do Período de Incidência de Remuneração (conforme definido no item 4.3.2. da Cláusula IV abaixo) e as condições da remuneração.



As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação, serão comunicadas pela EMISSORA, por intermédio de publicação conforme item 4.5.1. da Cláusula IV, até 10 dias antes do encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo Período de Incidência de Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) a modalidade e percentuais da taxa de remuneração a vigor durante o próximo Período de Incidência de Remuneração;
- c) a data limite em que os debenturistas, que não concordem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA, para o novo Período de Incidência de Remuneração, deverão manifestar junto à CBLC ou à EMISSORA sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures para a EMISSORA, devendo tal data ser fixada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação das condições da repactuação.

3.5.2. A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures nas datas de encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições de repactuação fixadas pelo Conselho de Administração, pelo saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido dos rendimentos calculados *pro rata temporis* definidos para o período vencido, calculados desde a Data de Emissão, ou do último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento.

3.5.3. Fica desde já definido que o primeiro Período de Incidência de Remuneração das Debêntures terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de outubro de 2001, data da primeira repactuação.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Das Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão será de R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 167.000 (cento e sessenta e sete mil) Debêntures.

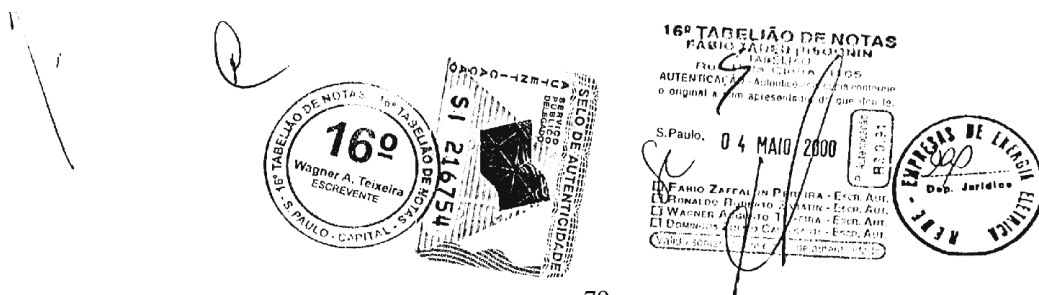
4.1.4. Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em série única.

4.1.5. Data de Emissão: Para qualquer efeito legal, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de abril de 2000.

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2005.

4.1.7. Tipo e Forma: As Debêntures serão do tipo escritural e da forma nominativa.

4.1.8. Modalidade: Debêntures simples, não conversíveis em ações.



4.1.9. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

4.2. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures no mercado primário será o seu valor nominal acrescido da remuneração acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional.

4.3. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas com juros conforme estabelecido nos itens abaixo.

4.3.1. Juros

As Debêntures serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada na taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – Extra Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, capitalizada de um *spread*, base 252 dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, se for o caso, para o período compreendido entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, do respectivo Período de Incidência de Remuneração.

II

Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração, compreendido entre 01.04.2000 e 01.10.2001, fica desde logo, definida a remuneração equivalente a 105,00% da variação da taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros, ao ano, base 252 dias.

Para os demais Períodos de Incidência de Remuneração, as Debêntures serão remuneradas com taxa de juros a ser definida pelo Conselho de Administração da EMISSORA, conforme item 3.5. acima.

4.3.2. Fórmula de Remuneração

A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

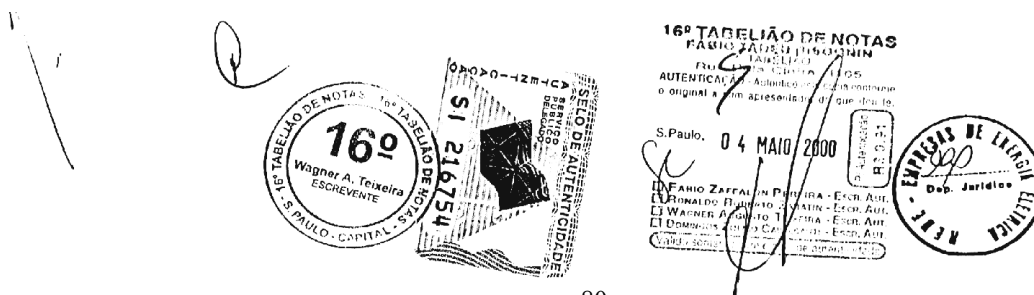
$$J = VN \times \left\{ \prod_{i=1}^f \left[\left(id \times \frac{S}{100} \right) + 1 \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no fim de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, ou saldo do valor nominal;

f = produtório de "f" termos, referente ao número de dias contidos entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, de cada Período de Capitalização;



f = número total de taxas de juro de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculada e divulgada pela CETIP, nos dias contidos entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, de cada Período de Capitalização.

S = O *spread* será de 105,00% para o primeiro Período de Incidência de Remuneração das Debêntures.

id = taxas CETIP, expressa ao dia, verificadas nos "f" dias entre o início do Período de Capitalização, inclusive, e o fim do Período de Capitalização, exclusive, e obtidas a partir da seguinte fórmula:

$$id = \left[\left(\frac{\text{Taxa CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{f}{252}} \right] - 1$$

onde:

Taxa CETIP = taxa média de depósitos interfinanceiros - DI de um dia – extra grupo da CETIP, expressa em percentual ao ano;

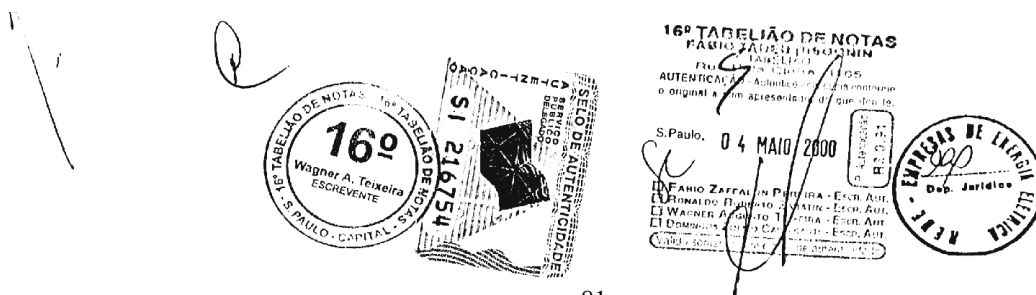
Define-se:

- Período de Incidência de Remuneração – intervalo de tempo durante o qual a taxa de remuneração permanece inalterada;
- Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na data de emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de juros, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de abril de 2001, 1º de abril de 2002, 1º de abril de 2003, 1º de abril de 2004 e 1º de abril de 2005.

4.3.3. Apuração da Taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo

Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas nesta Escritura, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses:

- A utilização da Taxa de Depósitos Interfinanceiros extra-grupo, de um dia deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- Na indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo não superior a 5 dias úteis, será utilizado automaticamente em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da EMISSORA;
- A indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo superior a 5 dias úteis exigirá a realização de Assembleia Geral Especial de Debenturistas, convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO exclusivamente para a definição, de comum acordo com a EMISSORA, do procedimento a ser adotado em relação a remuneração das Debêntures; e
- Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Depósitos Interfinanceiros às Debêntures, será utilizado em sua



substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, de comum acordo com a EMISSORA, para deliberação, no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA.

4.3.4. Primeiro Período de Incidência de Remuneração

As condições de remuneração definidas acima terão período de incidência da Data de Emissão até 1º de outubro de 2001, data da 1ª repactuação.

4.4. Das Condições de Pagamento

4.4.1. Amortização Programada: O principal das Debêntures será pago em cinco parcelas anuais, cada uma correspondendo a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de abril de 2001, 1º de abril de 2002, 1º de abril de 2003, 1º de abril de 2004 e 1º de abril de 2005, ou na hipótese prevista no item 6.2.1. da Cláusula VI.

4.4.2. Pagamento de Juros: Os juros serão devidos e pagos conforme as condições e prazos estabelecidos no item 4.3. acima.

4.4.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, ou na sede da EMISSORA ou ainda no Banco Itaú S.A., Instituição Financeira Depositária das Debêntures.

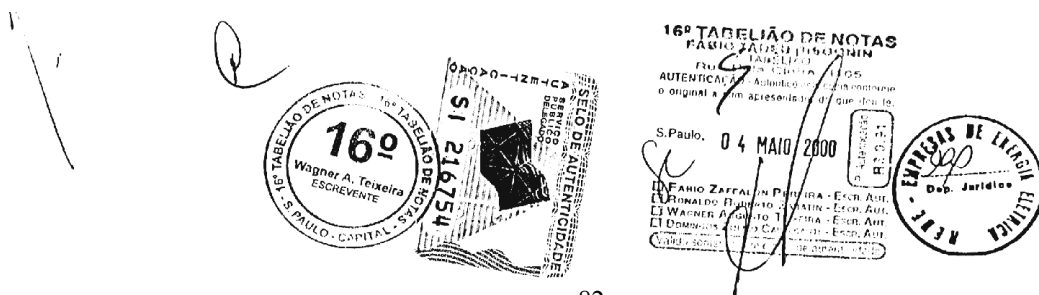
4.4.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.4.5. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento), além de juros remuneratórios, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.4.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração pelo período relativo ao atraso, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.5. Das Comunicações

4.5.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", sempre com a antecedência mínima de 10 dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.



4.5.2. Notificações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.

Endereço: Av. Paulista, 2.439, 6º andar - São Paulo - SP

Att.: Srs. Evandro Coura / Wilson K. Amarante

Telefone: 011.3066-2000

Fax: 011.3060-9550

E-mail: ecoura@gruporede.com.br/wamarante@gruporede.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Pavarini DTVM Ltda.

Endereço: Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar - Rio de Janeiro - RJ

Att.: Sr. Carlos Alberto Bacha ou Sra. Roberta Vieira Coelho

Telefone: (21) 507-1949

Fax: (21) 507-1773/252-9596

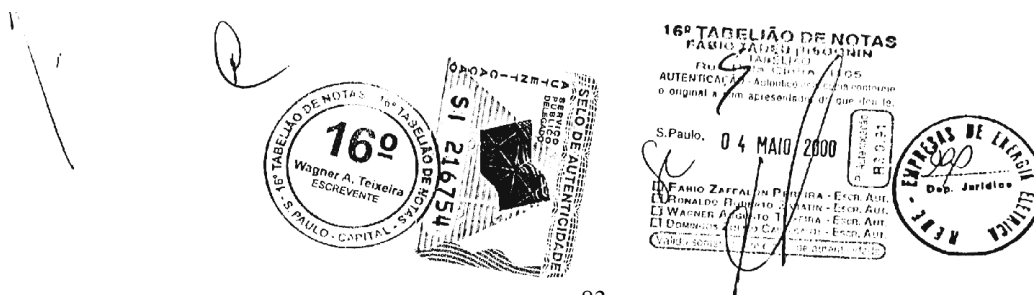
E-mail: bacha@pavarini.com.br/rcoelho@pavarini.com.br/pavarini-rj@pavarini.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA V - DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA

5.1. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a EMISSORA obriga-se:

(i) a não constituir qualquer hipoteca, penhor, caução ("Garantia Real"), sobre seus ativos, a menos que, anterior ou concomitantemente a criação de qualquer Garantia Real, as obrigações da EMISSORA decorrentes desta Escritura e das Debêntures desta emissão, (a) sejam igualmente garantidas de modo satisfatório ao AGENTE FIDUCIÁRIO em benefício dos debenturistas, ou (b) tenham o benefício de qualquer outra garantia que o AGENTE FIDUCIÁRIO, a seu livre e exclusivo critério, julgue satisfatória ou que seja aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas. A EMISSORA, no entanto, poderá constituir Garantia Real sobre seus ativos, em benefício do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da ELETROBRAS, e sobre seus recebíveis presentes ou futuros;



(ii) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da EMISSORA ou de qualquer de suas controladas que: (a) possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento pela EMISSORA de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures ou (b) faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela EMISSORA à CVM não mais reflitam a real condição financeira da EMISSORA.

CLÁUSULA VI - DA COMPRA DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

6.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Emissão, por decisão de seu Conselho de Administração, e mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, adquirir as Debêntures desta Emissão em circulação no mercado, total ou parcialmente, neste último caso mediante sorteio, e por preço não superior ao seu saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração prevista no item 4.3. acima, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Sociedade ou ser novamente colocadas no mercado.

6.2. Aquisição Obrigatória na Repactuação

6.2.1. Nas datas de encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, a EMISSORA compromete-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições de repactuação fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de juros remuneratórios calculados *pro rata temporis*.

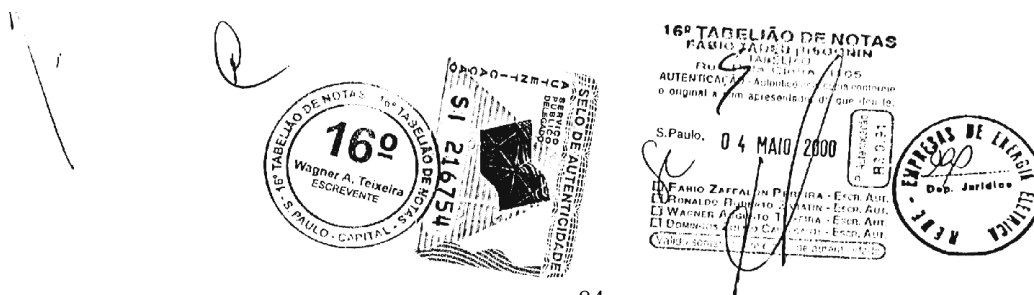
6.2.2. Os debenturistas, após a comunicação das decisões do Conselho de Administração da EMISSORA, deverão manifestar sua opção de venda no prazo estabelecido pelo Conselho de Administração da EMISSORA, a contar da data da publicação da primeira comunicação, na sede social da EMISSORA ou em locais por ela indicados, mediante registro formal protocolado junto à CBLC ou à EMISSORA.

6.2.3. As Debêntures adquiridas na forma deste item poderão ser mantidas em tesouraria, canceladas, ou, a qualquer tempo, vendidas a terceiros.

6.3. Resgate Antecipado Facultativo

6.3.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Emissão, e mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido de juros remuneratórios calculados *pro rata temporis*.

6.3.2. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgado amplamente pela imprensa.



CLÁUSULA VII – GARANTIAS ACESSÓRIAS

7.1. Fiança

As Debêntures da presente emissão são garantidas ainda por fiança de DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP", e coletivamente, as "GARANTIDORAS"). Tal fiança garante solidariamente as obrigações assumidas pela EMISSORA oriundas da presente Emissão, sendo irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, renunciando as GARANTIDORAS, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil.

A prestação da fiança foi devidamente autorizada pelo Conselho de Administração de EEVP e pela Assembléia Geral da DENERGE, conforme certidão, devidamente formalizada e registrada junto ao Registro do Comércio, e entregue por certidão ou cópia autenticada ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

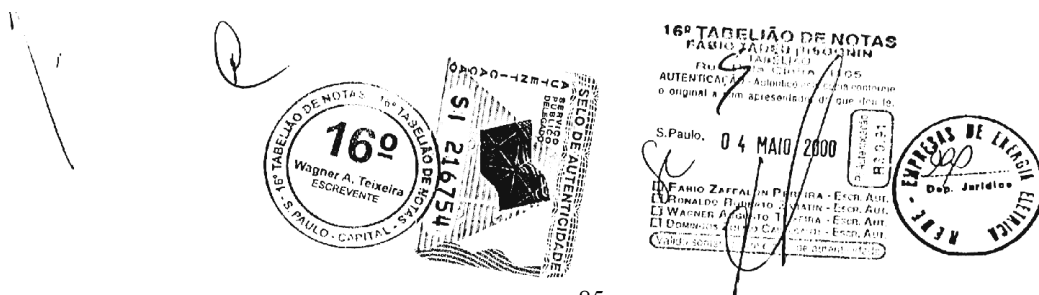
7.2. Faculdade de Dação em Pagamento

7.2.1. Em caso de não pagamento do principal ou de juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, e/ou de Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme definido na Cláusula IX abaixo, os debenturistas poderão utilizar as Debêntures, a qualquer tempo, para pagamento de contas de energia elétrica faturadas pela EMISSORA e/ou pela Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("CELPA") e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT ("CEMAT"), anuentes desta Escritura (coletivamente as "ANUENTES").

7.2.2. Para utilização da Faculdade de Dação em Pagamento, será considerado o cálculo diário do Valor Nominal Unitário deduzindo-se o valor das amortizações já realizadas e acrescentando-se os juros remuneratórios calculados *pro rata temporis*, multa convencional, juros de mora e multa não compensatória de 10% (dez por cento), sendo o referido cálculo efetuado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e informado à EMISSORA, às ANUENTES e aos Bancos que compõem a rede arrecadadora nas áreas de concessão da EMISSORA e ANUENTES ("Áreas de Concessão").

7.2.3. O cálculo diário a ser efetuado e informado, conforme referido no item 7.2.2. supra, deverá conter obrigatoriamente, de forma destacada, a indicação da parcela correspondente ao imposto de renda e adicionais que eventualmente sejam devidos pelos debenturistas. Tal parcela será descontada do valor total da(s) debêntures(s) utilizadas para dação em pagamento, de modo a permitir que a EMISSORA realize, após a utilização pelos debenturistas da Faculdade de Dação em Pagamento, o recolhimento do imposto de renda na fonte e adicionais, nos termos da lei. O disposto neste item 7.2.3. não se aplica às instituições financeiras, que não são tributadas na fonte nesse tipo de operação, salvo em obediência à disposição legal superveniente.

7.2.4. Os agentes arrecadadores nas Áreas de Concessão, estão sendo notificados pela EMISSORA e ANUENTES dos procedimentos a serem adotados com relação ao mecanismo de dação em pagamento em questão. Não obstante, a EMISSORA e as ANUENTES declaram, neste ato, estar prontas a efetuar, com a mesma finalidade, aditamentos aos contratos firmados com os agentes arrecadadores nas Áreas de Concessão, a critério destes últimos, e com os demais bancos integrantes da rede arrecadadora que desejarem participar do mecanismo aqui previsto.



7.2.5. Na hipótese do valor da(s) Debênture(s), calculado conforme item 7.2.2. acima não ser suficiente para pagamento do valor total da(s) conta(s) de energia elétrica, o debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque.

7.2.6. Por outro lado, no caso do valor da(s) Debênture(s), calculado conforme item 7.2.2. acima ser superior ao valor total da(s) conta(s) de energia elétrica, o debenturista não poderá efetuar a utilização do mecanismo descrito nesta Cláusula VII, a menos que o debenturista concorde em não receber a diferença existente entre o valor total da(s) conta(s) de energia elétrica e o valor total das Debêntures utilizadas para este fim.

7.2.7. A EMISSORA e as ANUENTES comprometem-se a envidar seus melhores esforços para evitar a concentração ou limitação dos recebimentos de contas de energia elétrica na rede bancária pública estadual ou federal, de forma a garantir que as Debêntures tenham sempre liquidez, podendo ser adquiridas por quaisquer instituições financeiras para utilização do mecanismo contemplado nesta Cláusula VII. A EMISSORA e as ANUENTES comprometem-se também a receber as contas de energia elétrica em seus respectivos escritórios regionais.

7.2.8. A EMISSORA e as ANUENTES obrigam-se a cumprir o disposto nesta Cláusula VII de forma irrevogável, irretroatável e a qualquer tempo, outorgando aos debenturistas que futuramente efetuarem o pagamento das contas de energia elétrica mediante dação em pagamento, desde já, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamarem, seja a que título for, para todos os fins de direito.

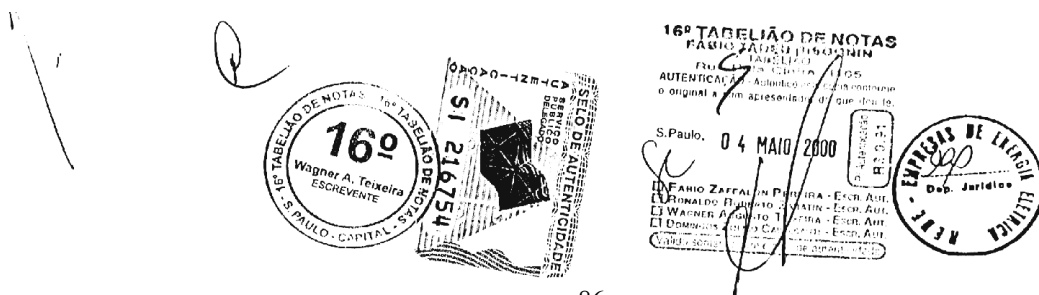
7.2.9. Em remuneração à concessão da Faculdade de Dação em Pagamento, cada uma das ANUENTES deverá fazer jus a uma remuneração no valor correspondente a 0,5% do saldo devedor das Debêntures, a ser paga pela EMISSORA no momento da integralização das Debêntures. A referida remuneração terá sua taxa e período de incidência repactuadas nas datas de cada Repactuação das Debêntures.

7.2.10. As Debêntures recebidas pela EMISSORA, como dação em pagamento dos debenturistas serão imediatamente canceladas.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

- manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- manter todos seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;

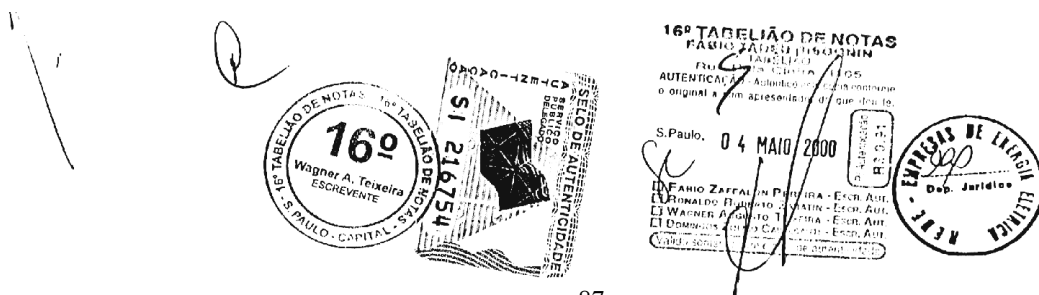


- c) não realizar operações fora de seu objeto social;
- d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;
- e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- f) proceder a adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- g) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social;
 - dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período;
 - imediatamente, qualquer informação relacionada com a emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93; e
 - na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.5.1. da cláusula IV.

CLÁUSULA IX – VENCIMENTO ANTECIPADO

9.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido de juros até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes fatos:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA e/ou suas controladas, cujo valor global inadimplido ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA e/ou suas controladas, ou se for cancelado em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- c) pedido de concordata preventiva formulada pela EMISSORA, bem como indisponibilidade, a qualquer título, dos bens dados em garantia, nos termos da Escritura de Emissão;
- d) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA ou de suas controladas;
- e) falta de cumprimento pela EMISSORA e/ou suas empresas controladas e anuentes de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados o aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;



- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA ou de suas controladas de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- g) alteração estatutária, modificação ou alienação do controle acionário da EMISSORA ou de suas controladas, bem como reorganização societária envolvendo a EMISSORA ou suas controladas e/ou seus ativos ou ativos de suas controladas, que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas nesta Escritura; e
- h) início de execução de garantia prestada pela EMISSORA ou por suas controladas em favor de terceiros, de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensão ou extinta em até 10 (dez) dias úteis contados da citação da EMISSORA.

As condições constantes desta Cláusula IX não implicarão o vencimento antecipado das Debêntures se forem objeto de prévia apreciação e aprovação pela Assembléia Especial dos Debenturistas da presente emissão, especialmente convocadas pela EMISSORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

CLÁUSULA X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

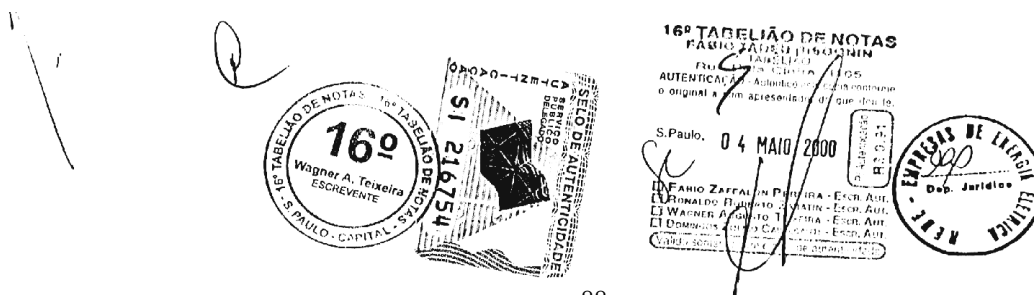
10.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura, PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificado no preâmbulo desta Escritura, para representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções; e
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.



10.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término fim do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- a) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição;
- b) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim;
- c) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores;
- d) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado nos Registros de Imóveis nos quais será registrada a presente Escritura;
- e) O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição;
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

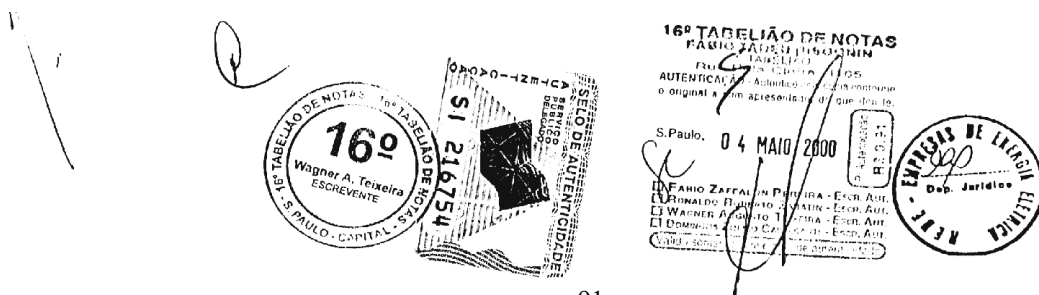


- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição da garantia real e fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a companhia, quando aplicável, a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura;
- m) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;
 - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - n.5) resgate, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures



efetuadas pela EMISSORA;

- n.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
 - n.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - n.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - n.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
 - n.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - n.11) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente emissão.
- o) colocar o relatório de que trata o inciso "n" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
 - o.1) na sede da EMISSORA;
 - o.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;
 - o.3) na CVM;
 - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - o.5) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.
 - p) publicar, às expensas da EMISSORA, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "o";
 - q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, e à CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia;
 - r) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
 - s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
 - t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores, quando for o caso.



10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

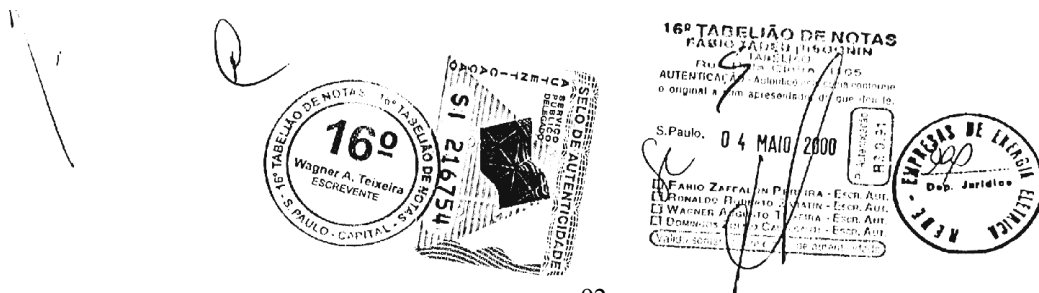
- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) executar as garantias dadas em caso de falência ou concordata da EMISSORA, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- d) requerer a falência da EMISSORA; e
- e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

10.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do *caput* deste item.

10.6. Remuneração

10.6.1. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) parcelas anuais de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), sendo a primeira devida na data de assinatura da Escritura;
- b) todas as despesas relativas a viagens, alimentação, transporte e estada necessárias ao exercício de suas atribuições, durante ou após a fase de implantação do serviço devendo ser previamente aprovadas pela EMISSORA, durante a vigência das Debêntures desta Emissão;
- c) a remuneração prevista no item (a) será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- d) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 31 de março de 2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata dia* se necessário; e
- e) na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento da remuneração do Agente Fiduciário por um período superior a 60 (sessenta) dias, o Agente Fiduciário poderá solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do



risco de sucumbência. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas.

10.6.2. Não estão incluídas na remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

10.6.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 10 % (dez por cento) e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura.

10.6.4. As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.7. Despesas

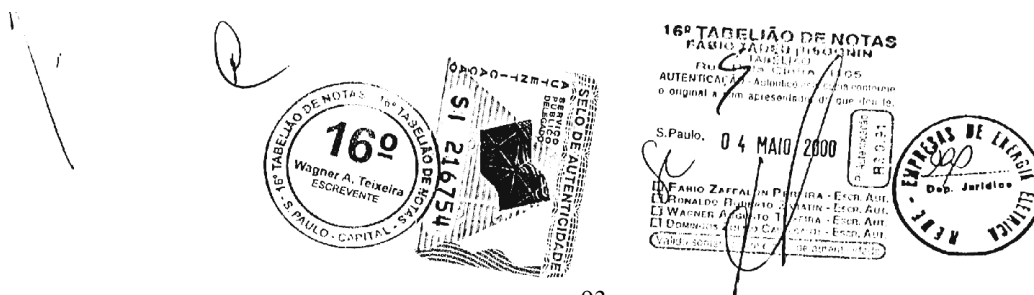
A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

10.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

10.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o disposto na alínea b do item 10.6.1.; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

10.7.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma deste item 10.7., será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



10.7.4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA XI - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de suas coligadas e controladas.

11.1. Convocação

A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

11.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

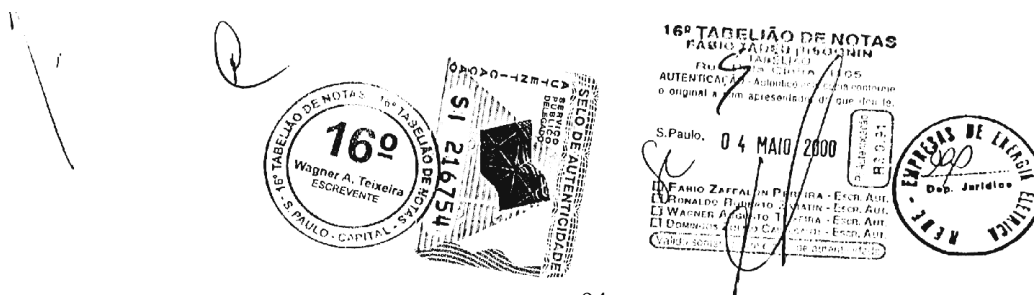
11.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da aprovação de alteração nas condições das Debêntures, que será tomada conforme o disposto acima.

CLÁUSULA XII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

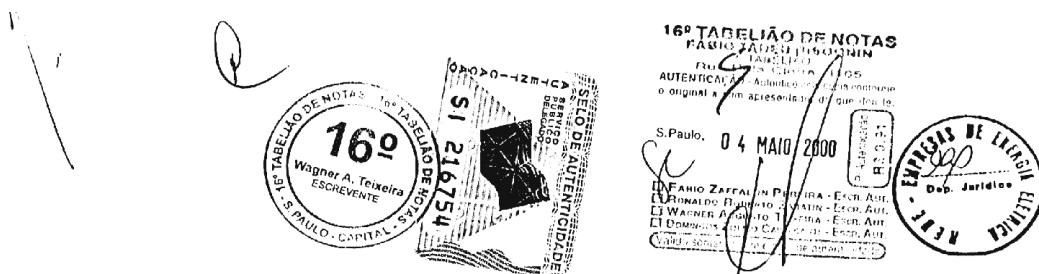
- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e



- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

12.2. A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- (c) este contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) o Prospecto contém todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;
- (e) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) a criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas e coligadas; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) a EMISSORA tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 31 de dezembro de 1999, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e



(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

13.1. Renúncia

13.2. Foro

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

EMISSO

16.º TAB. 1

Nome: SEBASTIÃO BIMBATI

Cargo: DIRETOR

16.º TAB. 1

Nome: Alberto José Rodrigues Alves

Cargo: Procurador

16.º TABELÃO DE NOTAS
DEL. UNIBRASIL PEREIRA GUIMARÃES
TABELÃO DESIGNADO
pela Direção, 1165
AUTENTICAÇÃO - Autêntico esta cópia conforme
o original a mim apresentado, do que dou fé.

S. Paulo 03 ABR. 2000

P Autenticado
R\$ 0,91

☒ FÁBIO ZAFFALON PEREIRA - ESCR. AUT.
☐ RONALDO ROBERTO ZARATHIN - ESCR. AUT.
☐ WAGNER AUGUSTO TEIXEIRA - ESCR. AUT.
☐ DOMINGOS ZOLINO CAVALCANTI - ESCR. AUT.

Valido somente com o selo de autenticação

RECEBIMOS DE CARTÃO
ELECTRICA
Dep. Jurídico

AGENTE FIDUCIÁRIO

Nome: CARLOS ALBERTO BACIA

Cargo:

Nome: SANDRA M.º CAVALCANTICOSENZA

Cargo:

ANULARES:

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

Sebastião Bimbati
Procurador

Alberto José Rodrigues Alves
Procurador

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.

Sebastião Bimbati
Procurador

Alberto José Rodrigues Alves
Procurador

ANTIDORAS:

DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO S.A.

SEBASTIÃO BIMBATI
DIRETOR

ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES
DIRETOR

EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A.

SEBASTIÃO BIMBATI
DIRETOR

Alberto José Rodrigues Alves
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF/MF:

Celso Ricardo Pereira
RG: 24.129.187-2
CPF 176.684.608-45

Nome:

CPF/MF:

Carolina Miyoshi
273.859.328-35



16º TABELÃO DE NOTAS
BEL-UNIRATAN PEREIRA GUIMARÃES
TABELÃO DESIGNADO
Rua Bela Cintra, 1166

AUTENTICAÇÃO: Autenticar esta cópia conforme
o original a mim apresentado, do que dou fé.

S. Paulo, 03 ABR, 2000

☐ FABIO ZAFFALON PEREIRA - ESCR. AUT.
☐ RONALDO ROBERTO ZARATIN - ESCR. AUT.
☐ WAGNER AUGUSTO TEIXEIRA - ESCR. AUT.
☐ DOMINGOS ZOLINO CAVALCANTI - ESCR. AUT.

Válido somente com o selo de autenticidade

